

meridional



Alfarrobeira do caminho
- Lídia Jorge -

A guerra em voz baixa
- Nuno Júdice -

Aisha Qandisha
- Mohamed Saadan -

Dossiê temático: O Mar Negro
- Rui Bebiano, João B. Ventura, Tamta Melashvili -

meridional

REVISTA DE ESTUDOS DO MEDITERRÂNEO | NÚMERO 2

DIRECTORA
EDITOR-IN-CHIEF

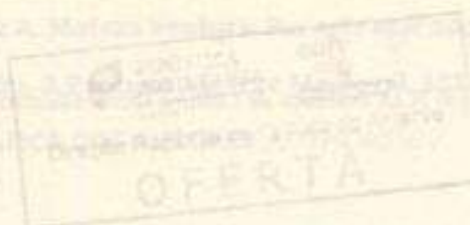
Maria da Graça A. Mateus Ventura

Instituto de Cultura Ibero Atlântica



INSTITUTO DE CULTURA
IBERO-ATLÂNTICA

PORTIMÃO
Dezembro 2022



A emigração andaluza para o Algarve, ao longo do século XIX e no início do século XX, foi uma emigração bastante concentrada do ponto de vista geográfico, sendo a esmagadora maioria desses emigrantes naturais da província de Huelva.



Mapa nº.1. Mapa da província de Huelva, dividida por municípios.

Fonte: <https://www.mapasdigitais.com/mapas/mapa-huelva-por-municipios/>
[consultado pela última vez no dia 29 de julho de 2022]

Os emigrantes começavam, normalmente, por trabalhar no comércio, como simples caixeiros de casas comerciais, o que fazia deles trabalhadores assalariados. No entanto, com o passar do tempo e com a melhoria da situação económica e financeira, muitos passavam de caixeiros (empregados) a lojistas (proprietários) de casas comerciais: foi o que aconteceu, por exemplo, em Loulé ou em V.R.S.A., nas dezenas de lojas de fazendas, quinquilharias e mercearias que por lá havia. Em V.R.S.A., durante a década de 1880, alguns deles também se transformariam em industriais conserveiros.

A MIGRAÇÃO DE ANDALUZES PARA O ALGARVE (c. 1810 - 1914)

*ANDALUSIAN EMIGRATION
IN THE ALGARVE (c. 1810 - 1914)*

João Romero Chagas Aleixo

I.H.C. - NOVA/F.C.S.H.
joao.romero.chagas.aleixo@gmail.com

Submissão / *Submission* - 7/8/2022
Aceitação / *Acceptance* - 8/9/2022

RESUMO

Este ensaio historiográfico tem como objecto de investigação a migração de andaluzes para o Algarve, entre c. 1810 e 1914. Numa primeira parte, aborda-se as principais causas e factores migratórios, assim como se identificam os principais municípios de origem e de destino desses emigrantes. Tenta-se também averiguar quais as décadas em que esses fluxos migratórios mais se intensificaram. Numa segunda parte, segue-se o rasto desses emigrantes andaluzes radicados no Algarve, identificando quais os negócios e as indústrias a que mais se dedicaram nos concelhos de Loulé e de V.R.S.A., assim como quais as inovações tecnológicas que importaram e implementaram na região, contribuindo, dessa forma, para a revolução industrial algarvia de finais do século XIX. Analisa-se, igualmente, quais os seus estatutos sócio-económico e sócio-político nas duas colónias de andaluzes nos concelhos de Loulé e de V.R.S.A.

Palavras-chave: Andalusia; Algarve; migrações inter-regionais

ABSTRACT

This historiographical article focuses on the migration of Andalusians to the Algarve between c. 1810 and 1914. In the first part, the main causes and migratory factors are addressed, as well as the main municipalities of origin and destination of these emigrants are identified. It is also attempted to find out which were the decades in which these migratory flows intensified the most. In a second part, the trail of these Andalusian emigrants living in the Algarve is followed, identifying which businesses and industries were most dedicated to in the municipalities of Loulé and V.R.S.A., as well as the technological innovations they imported and implemented in the region, thus contributing to the Algarve industrial revolution of the late 19th century. It also analyzes their socio-economic and socio-political status in the two Andalusian colonies in the municipalities of Loulé and V.R.S.A.

Keywords: Andalusia migrations; Algarve.

No caso de Loulé, a emigração de andaluzes foi uma emigração bem localizada no espaço e no tempo. Praticamente todos os emigrantes andaluzes que escolheram aquela então vila para se radicarem eram naturais dos municípios que fazem parte da comarca histórica do Andévalo, na província de Huelva. Neste particular, o município de Villanueva de los Castillejos surge, largamente, como a sua principal terra de origem: entre 1800 e 1905 do total de crianças baptizadas na freguesia de São Clemente (Loulé) com, pelo menos, um dos pais naturais da Andaluzia, cerca de 81% dos pais e de 72% das mães eram naturais de Villanueva de los Castillejos. Mas havia também emigrantes naturais de El Almendro, Puebla de Guzmán, Villablanca, assim como de Ayamonte ou da Isla Cristina. Em comum tinham o facto de pertencerem à província de Huelva.

O pico temporal dessa emigração terá sido a segunda metade do século XIX, justamente por ter sido nesse período que mais crianças com ascendência directa andaluza foram baptizadas na vila de Loulé. Entre 1800 e 1905, das 448 crianças baptizadas na vila de Loulé com, pelo menos, um dos pais ou dos avós naturais da Andaluzia, setenta e uma foram baptizadas na década de 1870, noventa e uma na década de 1880 e setenta e cinco na década de 1890, verificando-se que essas três décadas concentram cerca de 53% do total de crianças baptizadas.

As principais causas migratórias

As principais causas migratórias poderão ter estado relacionadas com motivos militares, económicos e sociais.

Em primeiro lugar, o facto de Villanueva de los Castillejos ter albergado o Quartel-General das tropas castelhanas na defesa da região do Condado de Niebla (província de Huelva) na denominada Guerra da Independência – conflito militar que em Portugal é, normalmente, designado por Invasões Francesas –, entre Janeiro de 1810 e Agosto de 1812, terá sido fulcral para a existência de um primeiro fluxo migratório. Recorde-se que, durante o auge dessa Guerra na região, os municípios vizinhos de Villanueva de los Castillejos e de El Almendro sofreram 17 invasões das tropas francesas, o que provocou

No caso de Loulé, a emigração de andaluzes foi uma emigração bem localizada no espaço e no tempo. Praticamente todos os emigrantes andaluzes que escolheram aquela então vila para se radicarem eram naturais dos municípios que fazem parte da comarca histórica do Andévalo, na província de Huelva. Neste particular, o município de Villanueva de los Castillejos surge, largamente, como a sua principal terra de origem: entre 1800 e 1905 do total de crianças baptizadas na freguesia de São Clemente (Loulé) com, pelo menos, um dos pais naturais da Andaluzia, cerca de 81% dos pais e de 72% das mães eram naturais de Villanueva de los Castillejos. Mas havia também emigrantes naturais de El Almendro, Puebla de Guzmán, Villablanca, assim como de Ayamonte ou da Isla Cristina. Em comum tinham o facto de pertencerem à província de Huelva.

O pico temporal dessa emigração terá sido a segunda metade do século XIX, justamente por ter sido nesse período que mais crianças com ascendência directa andaluza foram baptizadas na vila de Loulé. Entre 1800 e 1905, das 448 crianças baptizadas na vila de Loulé com, pelo menos, um dos pais ou dos avós naturais da Andaluzia, setenta e uma foram baptizadas na década de 1870, noventa e uma na década de 1880 e setenta e cinco na década de 1890, verificando-se que essas três décadas concentram cerca de 53% do total de crianças baptizadas.

As principais causas migratórias

As principais causas migratórias poderão ter estado relacionadas com motivos militares, económicos e sociais.

Em primeiro lugar, o facto de Villanueva de los Castillejos ter albergado o Quartel-General das tropas castelhanas na defesa da região do Condado de Niebla (província de Huelva) na denominada Guerra da Independência - conflito militar que em Portugal é, normalmente, designado por Invasões Francesas -, entre Janeiro de 1810 e Agosto de 1812, terá sido fulcral para a existência de um primeiro fluxo migratório. Recorde-se que, durante o auge dessa Guerra na região, os municípios vizinhos de Villanueva de los Castillejos e de El Almendro sofreram 17 invasões das tropas francesas, o que provocou

um rasto de destruição e de ruína económica nos dois municípios¹. Além do mais, durante grande parte do conflito militar, os municípios do Andévalo estavam obrigados a fornecer as duas tropas em contenda – a castelhana e a francesa – de homens, bens alimentares e cavalos. A guerra traz destruição, a destruição traz ruína económica, a ruína económica traz decréscimo demográfico, numa escalada negativa difícil de superar. Nesse caso, uma das soluções disponíveis era a emigração.

Outra das causas que estiveram na base desta emigração foram os dois processos de desamortização das terras (1837 e 1856), e, em especial, a privatização dos «*proprios y comunales*»² dos municípios vizinhos de Villanueva de los Castillejos (NÚÑEZ MÁRQUEZ 1997: 1264) e de El Almendro, dado que provocaram um maior aprofundamento das diferenças económicas e sociais entre a população, o que originou uma maior propensão para a emigração para países receptores onde a situação era mais favorável.

Identificou-se pelo menos uma rede migratória de andaluzes naturais de Villanueva de los Castillejos rumo a Loulé. A documentação disponível revela que, já no início da década de 1810, eram os andaluzes naturais desse município aqueles que em maior número residiam na vila e solicitavam passaportes para da vila se deslocarem. Essa tendência foi-se avolumando com o passar dos anos, pelo que, no início do século XX, continuavam a ser de Villanueva de los Castillejos a maior parte dos emigrantes andaluzes radicados em Loulé.

As guerras nunca vêm sós. Trazem sempre consigo outros factores e consequências políticas e económicas de curta, média e por vezes longa duração, que influem fortemente na decisão de emigrar. A fuga às «*quintas*»³, o aumento dos «*prófugos*» (desertores), a fuga à justiça e a determinados compromissos políticos, foram situações que estiveram presentes não apenas durante a Guerra da Independência (1808–1814), mas igualmente ao longo de grande

¹ A.M.V.C., *Libro de Actas Capitulares, 1809-1813*, legajo 11, acta de 16 de Mayo de 1813, s./f.; Rodríguez, Padre Emiliano (1904). *Monografía de El Almendro*. El Almendro, fl. 5.

² Terrenos municipais comunitários, administrados por cada município, e normalmente utilizados pelos habitantes para a criação da pecuária.

³ Designação dada à percentagem de habitantes que eram sorteados para ingressar no exército, isto é, cerca de 20% do total dos homens válidos, com idades compreendidas entre os 18 e os 45 anos de idade, residentes em cada município.

parte do conflituoso século XIX espanhol, através das três Guerras Carlistas de sucessão ao trono espanhol: 1833-1840, 1846-1849 e 1872-1876⁴. Para fugir a um alistamento militar ou desertar de um exército que melhor maneira haveria do que emigrar? E, de preferência, para as regiões vizinhas (o Algarve ou o Baixo Alentejo), uma vez que só as separa o rio Guadiana, fronteira natural de águas calmas e tranquilas.

A estes deve acrescentar-se um conjunto de factores económicos: o baixo desenvolvimento agrícola, provocado pela pobreza dos solos – maioritariamente terras xistosas – e pelo clima árido do Andévalo Ocidental; a estrutura das propriedades agrícolas da região; a oportunidade única de aumentar o espaço de comercialização e de transacções económicas; a crise mineira (decadência e/ou estagnação); o abandono das «gentes do campo», provocada pela crise vitivinícola originada pela praga de «filoxera» (1877-1878); ou a taxa cambial da moeda espanhola face à moeda portuguesa, que valorizava a peseta em relação ao real, até 1911, e, a partir de 1911, em relação ao escudo. Foram factores que originaram a emigração de centenas de andaluzes para Portugal, com colónias bem demarcadas em relação às suas terras natais: de Villanueva de los Castillejos para Loulé; de Aiamonte, da Isla Cristina e de vários municípios do Andévalo para V.R.S.A.; e de El Almendro para o distrito de Beja, no Baixo Alentejo. Isso mesmo se pode concluir quando se correlaciona os fluxos migratórios entre os locais de origem e os locais de destino.

Verifica-se, pois, que a selecção do local de destino resultava da análise e da interação de um conjunto de factores micro e macro. Se, por um lado, a emigração representava uma estratégia laboral na hora de escolher um lugar de estabelecimento temporário ou permanente, de acordo com objectivos pessoais e familiares; por outro, tais decisões eram influenciadas por um conjunto de circunstâncias – individuais, sociais e locais – tomadas no contexto estrutural da mudança (BORGES 2009: 101).

⁴ As denominadas «Guerras Carlistas» foram o nome pelo qual passaram à História as três guerras civis de sucessão ao trono espanhol, que opuseram, de um lado, os partidários de Carlos Maria Isidro Bourbón (1788-1855), auto-proclamado rei de Espanha com o nome de Carlos V – e, por esse facto, chamados de «carlistas» – que defendiam um regime de tipo absolutista, aos partidários da sua sobrinha a rainha Isabel II de Espanha (1830-1904; r. 1833-1868), que defendiam um regime liberal. Estas guerras ocorreram um pouco por todo o território espanhol, entre, sucessivamente, os seguintes períodos temporais: 1833-1840, 1846-1849 e entre 1872-1876.

parte do conflituoso século XIX espanhol, através das três Guerras Carlistas de sucessão ao trono espanhol: 1833-1840, 1846-1849 e 1872-1876⁴. Para fugir a um alistamento militar ou desertar de um exército que melhor maneira haveria do que emigrar? E, de preferência, para as regiões vizinhas (o Algarve ou o Baixo Alentejo), uma vez que só as separa o rio Guadiana, fronteira natural de águas calmas e tranquilas.

A estes deve acrescentar-se um conjunto de factores económicos: o baixo desenvolvimento agrícola, provocado pela pobreza dos solos – maioritariamente terras xistosas – e pelo clima árido do Andévalo Ocidental; a estrutura das propriedades agrícolas da região; a oportunidade única de aumentar o espaço de comercialização e de transacções económicas; a crise mineira (decadência e/ou estagnação); o abandono das «gentes do campo», provocada pela crise vitivinícola originada pela praga de «filoxera» (1877-1878); ou a taxa cambial da moeda espanhola face à moeda portuguesa, que valorizava a peseta em relação ao real, até 1911, e, a partir de 1911, em relação ao escudo. Foram factores que originaram a emigração de centenas de andaluzes para Portugal, com colónias bem demarcadas em relação às suas terras natais: de Villanueva de los Castillejos para Loulé; de Aiamonte, da Isla Cristina e de vários municípios do Andévalo para V.R.S.A.; e de El Almendro para o distrito de Beja, no Baixo Alentejo. Isso mesmo se pode concluir quando se correlaciona os fluxos migratórios entre os locais de origem e os locais de destino.

Verifica-se, pois, que a selecção do local de destino resultava da análise e da interação de um conjunto de factores micro e macro. Se, por um lado, a emigração representava uma estratégia laboral na hora de escolher um lugar de estabelecimento temporário ou permanente, de acordo com objectivos pessoais e familiares; por outro, tais decisões eram influenciadas por um conjunto de circunstâncias – individuais, sociais e locais – tomadas no contexto estrutural da mudança (BORGES 2009: 101).

⁴ As denominadas «Guerras Carlistas» foram o nome pelo qual passaram à História as três guerras civis de sucessão ao trono espanhol, que opuseram, de um lado, os partidários de Carlos Maria Isidro Bourbón (1788-1855), auto-proclamado rei de Espanha com o nome de Carlos V – e, por esse facto, chamados de «carlistas» – que defendiam um regime de tipo absolutista, aos partidários da sua sobrinha a rainha Isabel II de Espanha (1830-1904; r. 1833-1868), que defendiam um regime liberal. Estas guerras ocorreram um pouco por todo o território espanhol, entre, sucessivamente, os seguintes períodos temporais: 1833-1840, 1846-1849 e entre 1872-1876.

Em resumo, para o desencadear desse acto de emigrar, em muito terão contribuído um conjunto alargado de factores – sociais, culturais e económicos – que fez com que esses fluxos migratórios continuassem a verificar-se. De entre os vários factores, destacaria:

- a) a facilidade de comunicação linguística;
- b) a facilidade de integração dos primeiros emigrantes;
- c) o êxito económico alcançado pelos primeiros emigrantes (almocreves, negociantes e comerciantes);
- d) a influência das cadeias migratórias e das redes sociais na protecção e na ajuda de emigrantes já instalados na chamada, instalação e consequente integração dos novos emigrantes;
- e) o trabalho em rede com colónias de andaluzes residentes noutros concelhos do Algarve e até em Lisboa. Sabe-se que os Formosinho de Loulé trabalhavam em rede com os Formosinho de Lagos (casas comerciais) e que os Centeno de V.R.S.A. com os Centeno de Lisboa [casas comerciais, negócios vários e a concessão do contrato de iluminação a gás de V.R.S.A., em 1893 (CORREIA 2019: 355)].

Redes sociais e cadeias migratórias

A importância das redes sociais e das cadeias migratórias ficou demonstrada pelos fluxos migratórios dos naturais dos dois municípios vizinhos – separados apenas por uma rua – de Villanueva de los Castillejos e de El Almendro ao longo do século XIX. Se os primeiros preferiram emigrar para o Algarve, escolhendo, preferencialmente, a vila de Loulé; os segundos optaram pelo Baixo Alentejo, preferindo os concelhos de Beja, Serpa, Moura e Barrancos, junto à fronteira. Estes fluxos, alimentados por redes migratórias ao longo de várias gerações, serviram para atrair andaluzes dos mesmos municípios, com base nas informações sobre os lugares de origem e os lugares de destino dessas movimentações migratórias. Apesar de não se encontrarem notícias de jornais relacionadas com a existência de engajadores, provavelmente por se tratar de fluxos quantitativamente pouco significativos, assim como pelo facto de os locais se situarem em regiões de fronteira –, conseguiu-se identificar os seguintes fluxos:

Em resumo, para o desencadear desse acto de emigrar, em muito terão contribuído um conjunto alargado de factores – sociais, culturais e económicos – que fez com que esses fluxos migratórios continuassem a verificar-se. De entre os vários factores, destacaria:

- a) a facilidade de comunicação linguística;
- b) a facilidade de integração dos primeiros emigrantes;
- c) o êxito económico alcançado pelos primeiros emigrantes (almocreves, negociantes e comerciantes);
- d) a influência das cadeias migratórias e das redes sociais na protecção e na ajuda de emigrantes já instalados na chamada, instalação e consequente integração dos novos emigrantes;
- e) o trabalho em rede com colónias de andaluzes residentes noutros concelhos do Algarve e até em Lisboa. Sabe-se que os Formosinho de Loulé trabalhavam em rede com os Formosinho de Lagos (casas comerciais) e que os Centeno de V.R.S.A. com os Centeno de Lisboa [casas comerciais, negócios vários e a concessão do contrato de iluminação a gás de V.R.S.A., em 1893 (CORREIA 2019: 355)].

Redes sociais e cadeias migratórias

A importância das redes sociais e das cadeias migratórias ficou demonstrada pelos fluxos migratórios dos naturais dos dois municípios vizinhos – separados apenas por uma rua – de Villanueva de los Castillejos e de El Almendro ao longo do século XIX. Se os primeiros preferiram emigrar para o Algarve, escolhendo, preferencialmente, a vila de Loulé; os segundos optaram pelo Baixo Alentejo, preferindo os concelhos de Beja, Serpa, Moura e Barrancos, junto à fronteira. Estes fluxos, alimentados por redes migratórias ao longo de várias gerações, serviram para atrair andaluzes dos mesmos municípios, com base nas informações sobre os lugares de origem e os lugares de destino dessas movimentações migratórias. Apesar de não se encontrarem notícias de jornais relacionadas com a existência de engajadores, provavelmente por se tratar de fluxos quantitativamente pouco significativos, assim como pelo facto de os locais se situarem em regiões de fronteira –, conseguiu-se identificar os seguintes fluxos:

Quadro n.º 1: Fluxos migratórios que se conseguiram identificar

Local de Origem	Local de Destino	Período do fluxo migratório
Villanueva de los Castillejos	Loulé	Praticamente desde 1810 até ao final do século XIX
Aiamonte	V.R.S.A.	Ao longo de todo o século XIX
El Almendro	Silves	Década de 1830
Ribadavia (provincia de Orense) e de Sabajanes (provincia de Pontevedra)	Vila Nova de Portimão	c. 1890 - c. 1910
El Almendro	Aldeia Nova de São Bento, Moura, Serpa e Vidigueira	Ao longo da primeira metade do século XIX

Fonte: Aleixo, João Romero Chagas (2022). *A Migração de Andaluzes para o Algarve (1850-1914): os casos de Loulé e Vila Real de Santo António*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: texto policopiado, p. 309.

Refira-se que as respectivas localidades, assim como todos os ramos familiares, foram os primeiros lugares de destino dessa emigração, uma vez que, durante todo o século XIX, e, em particular, na sua primeira metade, não era raro as famílias não se fixarem, de forma definitiva, na primeira localidade para a qual decidiam emigrar. Encontram-se vários relatos de a mesma família, passados alguns anos, mudar de localidade, de concelho e até de distrito. Porém, com o passar dos anos e com a progressiva constituição de redes migratórias mais coesas, tal situação deixa de ser tão frequente.

A relevância das redes sociais passava por vários aspectos: os emigrantes casavam-se dentro dos seus próprios grupos, apadrinhavam-se entre si (testemunhas de casamento ou padrinhos e madrinhas de baptizado) e, como há casos relatados para os concelhos de Loulé e de V.R.S.A., falavam em castelhano uns com os outros. No entanto, com o passar do tempo e das gerações, os emigrantes de segunda e de terceira geração foram-se inserindo cada vez mais nas sociedades locais, alguns deles alcançando – por eleição ou por nomeação – cargos públicos de enorme relevo nas sociedades locais, regionais e até nacional.

Homogamia e endogamia: uma característica inicial

O espaço da mulher andaluza centrava-se, sobretudo, na esfera doméstica e no convívio com outras famílias andaluzas radicadas nos concelhos algarvios, o que resultava num maior número de casamentos dentro do grupo emigrante. Todavia, à medida que os membros das colónias se instalavam e progrediam nas sociedades locais, especialmente os do sexo masculino, a homogamia (casamentos que envolvem cônjuges do mesmo grupo) deixava de ser tão comum e foram diminuindo os casamentos entre andaluzes, ao mesmo tempo que aumentaram os casamentos mistos, tendencialmente de noivo andaluz com noiva algarvia, assim consolidando o entrosamento social das colónias andaluzas nas sociedades locais e demonstrando que as redes sociais desenvolvidas pelos processos migratórios também influenciavam os padrões matrimoniais da comunidade emigrante, e, por extensão, a adaptação social no local de destino.

Registe-se, ainda, a existência de casos de endogamia matrimonial (casamentos dentro da própria família), isto é, casamentos entre primos diretos, entre primos em segundo grau, entre tios e sobrinhas, etc., mais comuns nas primeiras fases migratórias.

O comércio e a indústria

As vilas de Loulé e de V.R.S.A. gozaram de um enorme crescimento demográfico ao longo da segunda metade do século XIX: entre 1864 e 1900, a população residente em Loulé passou de 12.081 para 22.478 (crescimento de 86,06%), e em V.R.S.A. de 3.032 para 6.172 (crescimento de 103,56%). Este incremento populacional ajudava a fazer crescer o comércio e a diversificar hábitos de consumo, o que não deve ter passado despercebido aos andaluzes radicados nas duas vilas, que tão bem souberam explorar esse contexto. Só assim se entende o aumento dos andaluzes ligados ao comércio: em Loulé passamos de catorze, em 1842⁵ ou em 1867⁶, para quase quarenta no princípio do

⁵ A.M.L.P.J.R.M., Fundo do Administrador do Concelho de Loulé, Cadastro Geral de todos os Estrangeiros residentes no dito Concelho no anno de 1842.

⁶ A.M.L.P.J.R.M., Fundo da Câmara Municipal de Loulé, Livro do Registo dos Comerciantes,

século XX (Aleixo 2022: 199-207); em V.R.S.A. as licenças de comércio concedidas a súbditos espanhóis aumentam de duas, em 1850, para dezanove em 1876⁷. Mesmo antes, em 1868, já um despacho do consulado de Espanha em V.R.S.A. informava que o comércio na vila era «compuesto casi en su totalidad de Españoles [...]»⁸.

Vila Real de Santo António integrava uma colónia andaluza heterogénea e interclassista. Havia um pouco de tudo: homens ligados ao mar – mestres, contra-mestres, pescadores e salgadores –, naturais dos municípios do litoral da província de Huelva (Aiamonte e Isla Cristina), que se misturavam com negociantes, comerciantes e caixeiros, naturais de municípios do interior da mesma província (Villanueva de los Castillejos, El Almendro, Puebla de Guzmán ou Villablanca). Era uma colónia numerosa. Pelo menos em relação ao número de espanhóis residentes (que, para este período, é praticamente o mesmo que dizer-se de andaluzes): 100 em 1864, 193 em 1878, 311 em 1900 e 248 em 1911⁹.

No sector industrial, porém, a situação era diferente: se a indústria em Loulé podia ser caracterizada como uma «produção industrial doméstica» (proto-indústria), nomeadamente nos sabões, na cera, nos cravos e ferraduras, na tecelagem, na fiação, na confecção de vestuário, nos curtimentos e nas peles, na louça de barro e na restauração; em V.R.S.A., os sectores ligados ao mar – pescas, salinas e conservas – começavam a sua industrialização. No sector pesqueiro, a pesca deixava de ser uma actividade eminentemente artesanal, para dar lugar a uma indústria forte e cada vez mais pujante, com a entrada em acção das primeiras traineiras ou galeões a vapor. A partir de 1879, fundam-se as primeiras fábricas de conservas, propriedade de genoveses e de andaluzes,

1867.

⁷ A.H.M.A.R.M., Fundo da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, *Licenças de Comércio, para o concelho de V.R.S.A., entre 1850 e 1882*.

⁸ A.H.N., Fondo del Ministerio de Exteriores – H, *Consulado de España en Villa Real de San Antonio*, 1868, cx. 2093, despacho n.º 8, de 4 de Junio de 1868.

⁹ *Estatística de Portugal, Censo no 1.º de Janeiro de 1864, volume I (1868)*. Lisboa: Imprensa Nacional; *Estatística de Portugal, Censo no 1.º de Janeiro de 1878, volume I (1881)*. Lisboa: Imprensa Nacional; *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890, volume I (1896)*. Lisboa: Imprensa Nacional; *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900, volume I (1905)*. Lisboa: Imprensa Nacional; *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911, parte I (1913)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

industrialização. A partir das últimas duas décadas de *oitocentos*, nomeadamente nas indústrias pesqueira, conserveira e corticeira, este processo de industrialização foi significativamente organizado, dirigido e impulsionado por empresários e industriais andaluzes naturais da província de Huelva, que anos antes se tinham iniciado no comércio e agora transitavam para a indústria (MESQUITA 2005: 29). O processo manual passou a maquinal. As oficinas caseiras deram lugar às fábricas, alimentadas por uma mão-de-obra que, em grande parte, trocou o trabalho agrícola pelo industrial. Aumentou o número de pessoas a trabalhar por conta de outrem; cresce a quantidade de bens produzidos, o que fez com que possam começar a ser exportados para mercados externos à região de produção, nomeadamente para mercados internacionais.

Este processo de industrialização teve início nas indústrias da tecelagem e das conservas, e teve como principais palcos os concelhos de Vila Real de Santo António, a partir de 1879, e de Vila Nova de Portimão, a partir da última década do século XIX.

Em Vila Real de Santo António, e só na indústria conserveira, os principais capitães dessa revolução foram três andaluzes: Sebastián Ramírez (El Almendro, 1828 – V.R.S.A., 1900)¹¹, Juan Maestre Cumbreira (Villanueva de los Castillejos, 1840 – V.R.S.A., 1923)¹² e Francisco Rodríguez Tenório (Villanueva de los Castillejos, 1843 – V.R.S.A., 1907)¹³, que dominaram durante largos anos a indústria conserveira na vila. Com a curiosidade de duas das empresas por eles fundadas há cerca de 140 anos – a Ramirez e a Tenório – continuarem ainda hoje a produzir conservas de peixe. Na primeira década do século XX é também vê-los a monopolizar a representação da banca e dos seguros no concelho: são gente influente e com capital.

Em Vila Nova de Portimão, Mexilhoeira da Carregação e Olhão, igualmente na indústria conserveira, destacaram-se dois irmãos ayamontinos: numa fase inicial, António Feu Marchena (Aiamonte, 1880 – Lisboa, 1915), e, após o seu prematuro falecimento, o irmão Cayetano Feu Marchena (Aiamonte, 1882

¹¹ Veja-se o Apêndice Biográfico n.º 3

¹² Veja-se o Apêndice Biográfico n.º 1

¹³ Veja-se o Apêndice Biográfico n.º 4

- Lisboa, 1946)¹⁴. Cayetano teve um papel primordial no concelho de Portimão: verticalizou as unidades fabris herdadas da família, mandou construir o primeiro bairro social para operários conserveiros a nível nacional (inaugurado em 1936) e foi um dos primeiros grandes dinamizadores da praia da Rocha como estância turística de referência, papel que desempenhou praticamente desde a sua mudança para Vila Nova de Portimão, em 1915.

Mas não foi só na indústria conserveira que a presença dos andaluzes se fez notar. Noutros sectores de actividade e indústrias, outros andaluzes se destacaram na região e até no país. Foram os casos da família Roldán, natural de Puebla de Guzmán, mas estabelecida em V.R.S.A desde meados da década de 1830, que se dedicou aos negócios, à indústria conserveira e pesqueira, com a participação accionista em várias sociedades pesqueiras; de Alberto Rodríguez Centeno (Villanueva de los Castillejos, 1828 - Lisboa, 1904), num armazém de comércio por atacado em Lisboa; de Alonso Gomes (Mértola, 1819 - Mértola, 1897), na exploração e na extração mineira, no distrito de Beja, e na navegação a vapor em todo o Sul do país, em geral, e no Baixo Guadiana, em particular; de Modesto Gomes dos Reyes (Aiamonte, 1867), na indústria da tecelagem, nos concelhos de Vila Nova de Portimão e Faro; dos irmãos Domingos García Blanco e Sebastião Domingues García Blanco, naturais de El Almendro, os primeiros fabricantes e exportadores de rolhas de cortiça no concelho de Silves (c. 1838); de Roque Féria (Villanueva de los Castillejos, 1856 - Tavira, 1889), na imprensa e nas artes tipográficas nos concelhos de Faro, Olhão e Tavira; de Sebastián Rodríguez Centeno (Villanueva de los Castillejos, 1820 - V.R.S.A., 1876), no sector do comércio no concelho de V.R.S.A., entre tantos outros. Além do comprovado empreendedorismo dos andaluzes, estes trouxeram consigo uma dinâmica industrial, empresarial e comercial, que contribuiu, em elevada escala, para o início do processo de industrialização do Algarve.

Refira-se ainda que alguns deles foram dos primeiros representantes de instituições bancárias nacionais e de seguradoras, nacionais e internacionais, em Loulé (desde 1895) e em V.R.S.A. (desde 1901), num sector financeiro que, por esses anos, evoluía a passos largos na região algarvia.

¹⁴ Veja-se o Apêndice Biográfico n.º 2.

– Lisboa, 1946)¹⁴. Cayetano teve um papel primordial no concelho de Portimão: verticalizou as unidades fabris herdadas da família, mandou construir o primeiro bairro social para operários conserveiros a nível nacional (inaugurado em 1936) e foi um dos primeiros grandes dinamizadores da praia da Rocha como estância turística de referência, papel que desempenhou praticamente desde a sua mudança para Vila Nova de Portimão, em 1915.

Mas não foi só na indústria conserveira que a presença dos andaluzes se fez notar. Noutros sectores de actividade e indústrias, outros andaluzes se destacaram na região e até no país. Foram os casos da família Roldán, natural de Puebla de Guzmán, mas estabelecida em V.R.S.A desde meados da década de 1830, que se dedicou aos negócios, à indústria conserveira e pesqueira, com a participação accionista em várias sociedades pesqueiras; de Alberto Rodríguez Centeno (Villanueva de los Castillejos, 1828 – Lisboa, 1904), num armazém de comércio por atacado em Lisboa; de Alonso Gomes (Mértola, 1819 – Mértola, 1897), na exploração e na extração mineira, no distrito de Beja, e na navegação a vapor em todo o Sul do país, em geral, e no Baixo Guadiana, em particular; de Modesto Gomes dos Reyes (Aiamonte, 1867), na indústria da tecelagem, nos concelhos de Vila Nova de Portimão e Faro; dos irmãos Domingos García Blanco e Sebastião Domingues García Blanco, naturais de El Almendro, os primeiros fabricantes e exportadores de rolhas de cortiça no concelho de Silves (c. 1838); de Roque Féria (Villanueva de los Castillejos, 1856 – Tavira, 1889), na imprensa e nas artes tipográficas nos concelhos de Faro, Olhão e Tavira; de Sebastián Rodríguez Centeno (Villanueva de los Castillejos, 1820 – V.R.S.A., 1876), no sector do comércio no concelho de V.R.S.A., entre tantos outros. Além do comprovado empreendedorismo dos andaluzes, estes trouxeram consigo uma dinâmica industrial, empresarial e comercial, que contribuiu, em elevada escala, para o início do processo de industrialização do Algarve.

Refira-se ainda que alguns deles foram dos primeiros representantes de instituições bancárias nacionais e de seguradoras, nacionais e internacionais, em Loulé (desde 1895) e em V.R.S.A. (desde 1901), num sector financeiro que, por esses anos, evoluía a passos largos na região algarvia.

¹⁴ Veja-se o Apêndice Biográfico n.º 2.

As inovações tecnológicas e a revolução industrial no Algarve

Tão ou mais importante do que o dinamismo, empreendedorismo, capacidade de trabalho e estruturas empresariais destes espanhóis – catalães, valencianos e andaluzes –, aquilo que trouxeram para o Algarve e souberam implementar na região foi um conjunto de significativas e importantes inovações tecnológicas. Implementadas, ao longo do século XIX, nas indústrias da pesca, das conservas e da cortiça, contribuindo, assim, para a revolução industrial algarvia.

Na indústria pesqueira deve, no entanto, referir-se que as inovações tecnológicas foram trazidas, inicialmente, para a Baixa Andalusia, por catalães e valencianos, e só depois importadas e implementadas, por imitação ou por iniciativa de espanhóis, no Algarve, ao longo do último quartel do século XIX (CAVACO 1976: 219-220, 224-226 e 462; PÉREZ 2014: 47). Deve-se, pois, aos espanhóis a introdução de inovações tecnológicas como as xávegas (conjunto de redes em forma de saco, que possibilitavam a captura de volumosos cardumes de sardinha, nomeadamente no extremo oriental do Sotavento) (CAVACO 1976: 221); as «parellas de bous» ou, em português, «parelhas de bois» (artes de arrastar), estrutura de tracção animal que em terra ajudava a puxar as redes lançadas no mar; o «copo à valenciana», também designadas, por «armações à valenciana», utilizadas para maximizar a captura do atum e da sardinha; os galeões, numa primeira fase a remos, e, mais tarde, a vapor (artes de cerco); as traineiras; e os arrastões para mariscos (CAVACO 1976: 462). Conclui-se, assim, que a estrutura moderna das armações de atum foi definida na segunda metade do século XIX, período caracterizado no Algarve por um forte dinamismo tecnológico, empresarial e comercial, no sector pesqueiro.

Na indústria conserveira, foram os imigrantes espanhóis que introduziram o «método catalão e valenciano» de preparação do peixe com vários molhos, assado ou frito em escabeche, assim como o método de filetagem das conservas de atum. Na indústria corticeira, implementaram o «método catalão», também conhecido por «método de cutelo fixo», na fabricação industrial de rolhas de cortiça.

Política e sociedade: uma questão de estatuto

Andaluzes de primeira, de segunda e de terceira geração, estes imigrantes souberam alcançar um estatuto sócio-político de relevância a nível local, distrital e nacional. Em Loulé, com sucessivos vereadores, eleitos ou nomeados, para oito gestões autárquicas (num total de doze mandatos), entre 1893 e 1917 (ALEIXO 2022: 225-229). Em V.R.S.A., todavia, o seu peso político fez-se sentir de forma mais significativa. Entre 1841 e 1965, onze andaluzes de primeira, de segunda ou de terceira geração presidiram, por vinte e duas ocasiões diferentes, aos destinos da autarquia, caso único, provavelmente, a nível nacional. Se nos fixarmos somente entre 1902 e 1965, dez andaluzes de segunda e de terceira geração cumpriram o cargo de presidente da câmara municipal em dezoito ocasiões: duas na década de 1900, uma na década de 1910, quatro na década de 1920, duas na década de 1930, quatro na década de 1940, quatro na década de 1950 e, finalmente, uma na década de 1960. Eram gente influente e da confiança do regime *estado-novista*: só assim se compreende a quantidade de vezes que ocuparam a presidência da câmara municipal após 1930, década a partir da qual os presidentes de câmara começaram a ser nomeados pelo regime político. Mas não se ficaram somente pela política local: ocuparam igualmente cargos políticos de âmbito nacional – dois deputados da nação¹⁵, dois governadores civis do distrito de Faro¹⁶ e até um ministro de Salazar¹⁷.

Eram influentes e preocupavam-se com os destinos locais. Tinham também tendências políticas diversas, já que os havia regeneradores e progressistas, monárquicos e republicanos, democratas e salazaristas. Em V.R.S.A., até maçons havia¹⁸. Se Frederico Alexandrino Garcia Ramirez foi, durante muitos anos, o líder do partido Progressista no Algarve e deputado

¹⁵ Frederico Alexandrino García Ramírez, deputado eleito, pelo partido Progressista, para a Câmara dos Deputados, entre 1892 e 1908, e, anos mais tarde, o seu filho Sebastião Garcia Ramires, deputado, pela União Nacional, para a Assembleia Nacional, entre 1934 e 1969.

¹⁶ Frederico Alexandrino García Ramírez, entre 1904 e 1905, e Matias Gomes Sanches, entre 1936 e 1938.

¹⁷ Sebastião Garcia Ramires, ministro do Comércio, Indústria e Agricultura, entre 1932 e 1933, e, depois, ministro do Comércio e Indústria, entre 1933 e 1936.

¹⁸ Manuel Pérez Cumbreira foi um destacado membro da Maçonaria no concelho, tendo sido iniciado a 12 de Abril de 1911 no «Triângulo n.º 163» de V.R.S.A. com o nome simbólico de «Pombal». Foi, ainda, fundador da Loja «Guadiana n.º 371», com «atestado de quite» de 21 de Maio de 1916.

eleito por esse partido durante dezasseis anos; o seu filho Sebastião seria ministro de Salazar e deputado pela União Nacional durante cerca de trinta e cinco anos consecutivos; e em Portimão, Cayetano Feu Marchena foi um dos maiores entusiastas e implementadores da política social corporativa do Estado Novo. Tratava-se de cargos só possíveis de alcançar em virtude dos talentos, conhecimentos a vários níveis e concordância política destes imigrantes com os regimes de então.

A sua influência local não se fazia sentir, porém, apenas a nível político e partidário. Encontramo-los, sem dificuldade, em direcções de associações recreativas, clubes associativos e recreativos, sociedades filarmónicas, companhias teatrais, comissões promotoras do Carnaval, comissões organizadoras de festividades religiosas, na Mesa da Santa Casa da Misericórdia, etc... Estavam um pouco por todo o lado e a sua influência, popularidade e êxito comercial levava a que fossem propostos ou eleitos para uma tão grande variedade de cargos directivos. E parece que não se faziam rogados.

Os laços com a Andaluzia

As colónias de andaluzes radicadas em Loulé e em V.R.S.A. cultivavam a sociabilidade com a Andaluzia natal, o que fazia com que ali se deslocassem com frequência, para visitar familiares ou rever amigos. Neste particular, privilegiavam-se as datas das festividades religiosas, datas fortemente identitárias e de socialização comunitária por excelência. Nomeadamente, escolhiam as que se celebravam em honra das padroeiras e protectoras locais: os naturais de Villanueva de los Castillejos e de El Almendro aproveitavam as festividades em honra de *Nuestra Señora de las Piedras Albas*, padroeira dos dois município¹⁹; os naturais de Aiamonte privilegiavam as festividades que celebravam *Nuestra Señora de las Angustias*²⁰. O gesto repetia-se ano após ano:

¹⁹ As festas em honra da *Virgen de las Piedras Albas*, padroeira dos municípios de El Almendro e de Villanueva de los Castillejos, realizam-se, anualmente, entre o Domingo de Páscoa e a terça-feira seguinte, ocorrendo neste último dia a procissão. Esta festividade realiza-se num Prado, o chamado Prado de Osma, nas cercanias destes dois pueblos. Nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX há inúmeros registos – cartas manuscritas e notícias de jornal – de andaluzes naturais e descendentes de naturais a residirem em Loulé e em V.R.S.A.

²⁰ As festas em honra de *Nuestra Señora de las Angustias*, padroeira de Aiamonte, realizam-se,

aproveitavam para rever familiares, recordar tempos de infância ou desfrutar de um certo tradicionalismo andaluz (*costumbrismo*), nunca renegado nem esquecido.

Mas a ligação à Andaluzia também se verificava com a denominação de várias empresas existentes em V.R.S.A., na primeira década do século XX – a fábrica de louça de barro «La Sevilhana», a confeitaria «Hespanhola» ou a agência de seguros «El Fénix Español», tudo propriedade de andaluzes radicados na vila. A ligação estendia-se até à gastronomia. Na casa dos Cumbreira, em V.R.S.A., era muito natural cozinhar-se «*salmorejo*»²¹ e outros pratos à base de caça, característicos da região do Andévalo; em Loulé, por alturas da Páscoa, não faltava a tradicional «*caldeireta*»²² à mesa das famílias andaluzas, tradição que, ainda hoje, alguns descendentes fazem questão de continuar.

No entanto, quando comparados, não surpreende que os laços com a Andaluzia mantidos pela colónia residente em V.R.S.A. fossem mais fortes que os de Loulé. A proximidade geográfica e o facto de ser mais numerosa a colónia a isso ajudava. O intercâmbio entre V.R.S.A. e Aiamonte, na outra margem do Guadiana, era profícuo, constante e antigo, e, com o passar dos anos, intensificou-se. Realizava-se a diversos níveis: económico, comercial e cultural. Por seu lado, raro era o ano em que uma das duas sociedades filarmónicas louletanas não era contratada para abrilhantar uma festa religiosa na Andaluzia. Foi assim durante muitos anos, praticamente até à década de 1970. Os filarmónicos louletanos aproveitavam para observar e aprender novos modismos e tipismos locais, trazendo para Loulé novas pautas com marchas processionais e passodobles espanhóis, num processo de intercâmbio musical muito apreciado pelos louletanos.

+++

anualmente, nos dias 7 e 8 de Setembro. No final do século XIX e nas primeiras décadas de século XX eram estas festividades muito frequentadas por portugueses, que se deslocavam um pouco de todo o Algarve, assim como de Beja e de Lisboa. Foram vários os anos em que a sociedade filarmónica 1.º de Maio, de V.R.S.A., foi contratada para abrilhantar os festejos.

²¹ Salada fria confeccionada à base de coelho assado, tomate e pimentos salteados.

²² Prato refogado à base de cabrito, que, posteriormente, é temperado com vinho da região de Huelva. Era tradicional comer este prato pela Páscoa.

Com este ensaio historiográfico pretendi contribuir para a História das migrações inter-regionais, assim como para a História Económica e Social do Algarve, em particular, e para a História Regional do Algarve, no geral. Acredito na importância com que as monografias e os estudos de carácter local e regional podem e devem contribuir para o conhecimento da História global de um país, porque sem o contributo da História Local e da História Regional ficará sempre mais difícil construir uma História Nacional (COELHO 1926: 8). Porque, disso não tenhamos dúvidas, há toda uma bela história ainda por escrever...

Apêndice biográfico

1. Juan Maestre Cumbreira

(Villanueva de los Castillejos, 1840 – V.R.S.A., 10.04.1923)²³

Juan Maestre Cumbreira nasceu em Villanueva de los Castillejos em 1840. Filho de Manuel Maestre Barbosa e de Cristina Cumbreira, ambos naturais de Villanueva de los Castillejos (CORREIA 2020: 109).

Não se sabe ao certo o ano em que se radicou, juntamente com os pais, em V.R.S.A. No entanto, a referência documental mais antiga da presença deste andaluz na vila data de 1865, ano em que lhe foi concedida, a ele e a mais dois sócios, uma licença de comércio para a abertura de uma loja de fazendas em V.R.S.A.²⁴

No dia 11 de Junho 1871 casa, na igreja paroquial de V.R.S.A., com Juana Pérez Barbosa (Villanueva de los Castillejos, 1850 – V.R.S.A., 17.09.1927), também ela emigrada para V.R.S.A. (CORREIA 2020: 109). A esposa era filha de José Pérez Vásquez e de Josefa Álvarez Rodríguez. Os noivos eram primos entre si, pelo facto de ambos serem bisnetos de Francisco Álvarez Barbosa e de Josefa Maria Álvarez (CORREIA 2020: 110). Do casamento resultaram seis filhos (quatro raparigas e dois rapazes) que tiveram a particularidade de se casarem com cônjugues todos eles naturais ou descendentes de andaluzes.

²³ Grande parte dos dados biográficos de Juan Maestre Cumbreira foram recolhidos através de duas entrevistas realizadas, em V.R.S.A., à sua bisneta Dr.^a Maria Bella Cumbreira Tavares, nos dias 14 de Junho e 16 de Julho de 2019.

²⁴ A.H.M.A.R.M., Fundo da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, *Licenças de Comércio, para o concelho de V.R.S.A., entre 1850 e 1882*.

Em 1865 estabelece-se como comerciante em V.R.S.A., constituindo para o efeito uma sociedade comercial com dois sócios conterrâneos, também eles emigrados para a vila: António Velasco Hernández (n. Villanueva de los Castillejos, 1841)²⁵, antigo caixeiro no estabelecimento de Manuel Álvares Barbosa; e Silvestre Garcia-Pêgo (n. Villanueva de los Castillejos, 1841), antigo caixeiro da firma «Ramirez & Pêgo» (CORREIA 2020, 110). A firma, constituída no dia 11 de Agosto de 1865, denominou-se «Velasco, Pêgo & Cumbreira» (CORREIA 2020, 114). Em V.R.S.A. começou por montar uma loja-mercearia nos baixos da sua residência. Anos mais tarde, abriu uma casa de câmbio, que, já no decorrer do século XX, venderia ao Banco Pinto Magalhães.

Em 1886, atraído pelo surto conserveiro que por esses anos assolava a vila, constitui, com António Soares Barreto, a sociedade «Barreto & Companhia», que tinha por iniciativa a produção e a comercialização de conservas de atum e sardinha em V.R.S.A. (CORREIA 2020, 119). Esta sociedade durará apenas três anos, dissolvendo-se em 1889 (CORREIA 2020, 121).

Em Outubro de 1893 Juan Maestre Cumbreira entra no capital social da «Lithographia Progresso», sociedade em nome colectivo, detida por cinco sócios: Juan Maestre Cumbreira, o seu genro Sebastián Ramirez Garcia, Gavino Rodríguez Pérez, Simon Vasquez Velasco e ainda Estebán Rodríguez y Rodríguez (CORREIA 2020, 122).

Em 1908 regressa à indústria conserveira, tendo para tal adquirido a fábrica de conservas «Peninsular» (CORREIA 2020, 130), que tinha sido construída pela sociedade «Centeno, Cruz & Companhia», em Janeiro de 1894 (CORREIA 2020, 130).

Em 1916 resolve associar os dois filhos à sua casa comercial, tendo, para o efeito, criado a sociedade comercial «Juan M. Cumbreira & Filhos» (CORREIA 2020, 142).

Juan Maestre Cumbreira falece no dia 10 de Abril de 1923 em V.R.S.A., deixando um vasto património avaliado em 167 930\$50, do qual faziam parte vinte e oito prédios urbanos e rústicos, a esmagadora maioria localizados no concelho de V.R.S.A.; e ainda a participação social em três sociedades comerciais: «Ramirez, Perez, Cumbreira & C.*», que sucedeu à «Lithographia Pro-

²⁵ Silvestre Garcia-Pêgo nasceu em Villanueva de los Castillejos em 1841. Filho de Sebastião Garcia-Pêgo e de Joana de Mora Féria. Casou com Isabel Pérez Mora, filha de Pedro Pérez Ponce e de Maria del Carmen Mora. Depois de 1867 teve um estabelecimento próprio, in *ibidem*, 110.

gresso»; «Centeno, Cumbreira & Rodrigues» e «Cumbreira, Centeno & Rodrigues» (CORREIA 2020, 146).

O seu filho mais novo, Manuel Maestre Cumbreira (n. V.R.S.A., 1880), chegaria a ocupar o cargo de presidente da Câmara Municipal de V.R.S.A. em três distintas ocasiões: 1910 - 1913; 1921 - 1922 e em 1926 (em Comissão Executiva).

2. Cayetano Feu Marchena

(Ayamonte, 2.08.1882 - Lisboa, 2.07.1946)

Cayetano Feu Marchena nasceu em Aiamonte no dia 2 de Agosto de 1882. Filho de António Feu Casanova e de Cristobalina Marchena Vasquez. Cayetano Feu Marchena era descendente, pela parte paterna, de Pedro Feu, catalão, cuja família estava ligada às actividades piscatórias, e que, no início do século XIX, se instalara na Andaluzia, integrando o movimento migratório de catalães que se fixou na zona de Huelva e da Isla Cristina, a fim de continuarem as actividades comerciais (DUARTE 2003: 51). Os seus descendentes continuaram o negócio ligado à pesca e à salga de peixe.

Em 1889, os seus netos, António e Manuel Feu Casanova, fundaram em Aiamonte a «Sociedade Mercantil Regular Colectiva Feu Hermanos de Ayamonte», que, inicialmente, se dedicou ao comércio e à indústria das conservas de peixe. Numa primeira fase a sociedade desenvolveu os negócios em Aiamonte, Huelva e na Isla Cristina (DUARTE 2003: 51).

Porém, num contexto de expansão industrial e empresarial da sociedade, os dois filhos de António Feu Casanova, os irmãos António e Cayetano Feu Marchena, procedem à instalação de três novas fábricas de conservas em Portugal, a operar em Vila Nova de Portimão, Olhão e Porto Brandão (freguesia da Caparica, concelho de Almada) (DUARTE 2003: 23). A «Feu Hermanos» chegou a deter unidades fabris instaladas em seis localidades diferentes: Ayamonte, Huelva e Isla Cristina, na Andaluzia; e Vila Nova de Portimão, Olhão e Porto Brandão, em Portugal.

Em 1904, por morte do pai, António Feu Casanova, António Feu Marchena (n. Ayamonte, 1880) e o irmão Cayetano Feu Marchena (n. Aiamonte, 1882) herdaram metade da empresa de conservas, que, nessa altura, já possuía estabelecimentos em Portugal (Vila Nova de Portimão, Olhão e Porto Brandão), assim como uma frota de barcos de pesca, fábricas de «guano» e empresas de almadravas no litoral andaluz e algarvio (DUARTE 2003: 51). Porém, Cayetano

Feu continuou a residir em Aiamonte, casando-se, em 1906, com Lúcia Martin Mora, natural dessa cidade andaluza. Do casamento resultou uma filha, Lúcia Feu Martin, nascida em Aiamonte, em 1913 (PÉREZ 2014: 97).

Em 1911, Cayetano é reconhecido como líder do partido Liberal Democrático no município de Aiamonte, sendo indicado por esse partido para concorrer às eleições municipais de Novembro desse ano. Nessa altura, Feu Marchena era já sócio da empresa comercial «Feu Hermanos», da sociedade anónima «La Almadrabra²⁶ Ayamontina», e gerente e director de quatro unidades fabris instaladas em Aiamonte, Lepe, Olhão e Vila Nova de Portimão.

O partido Democrático Liberal, aliado ao partido Conservador e ao dos Liberais, vence as eleições municipais de Novembro de 1911, conseguindo eleger sete dos oito lugares disponíveis, sendo o restante ocupado por um socialista. Cayetano Feu Marchena toma posse como alcaide de Aiamonte em Janeiro de 1912, permanecendo nesse cargo até 1914 (PÉREZ 2014: 98).

Todavia, em 1915, o irmão, António Feu Marchena, falece, inesperadamente, vítima de síncope cardíaca, no hotel Metrópole, em Lisboa, o que leva a que Cayetano Feu Marchena seja nomeado sócio gerente da empresa «Feu Hermanos», tendo que, nesse mesmo ano, mudar a residência de Aiamonte, onde sempre vivera, para Vila Nova de Portimão (PÉREZ 2014: 136).

Em Vila Nova de Portimão, casa em segunda núpcias com Johanna Wolkman Luders, uma jovem alemã natural de Hamburgo. Do casamento resultam mais duas filhas: María del Carmen e María Luiza (PÉREZ 2014: 136).

Já em Vila Nova de Portimão, o empresário procura dinamizar a «Feu Hermanos», procedendo à verticalização da indústria familiar que tinha herdado de seu pai. Nesse sentido, empreende um conjunto de iniciativas que aumentam a capacidade produtiva das fábricas, entre as quais o alargamento da frota pesqueira da sociedade e a construção de um estaleiro naval, oficinas de vazio para a fabricação de embalagens em lata e oficinas de mecânica e outras instalações complementares. Adquire ainda duas novas fábricas de conservas: a «Santo António», na Mexilhoeira da Carregação; e a «Exportadora Lusitânia», em Setúbal (DUARTE 2003: 52). No dia 15 de Março de 1928, a parte espanhola da sociedade comercial separa-se, ficando a «Feu Hermanos» a operar somente em Portugal (DUARTE 2003: 52; FEU 1999: 414).

Refira-se, igualmente, que este empresário teve um papel preponderante

²⁶ «La Almadrabra», ou almadrava em português, era a designação que se dava às artes fixas para a pesca do atum.

na concretização da política social corporativa do Estado Novo em Portimão. Para isso criou na sua fábrica vários equipamentos sociais: uma cantina para os operários, uma creche para as crianças filhas dos operários e operárias e um refeitório para essas crianças. Foi a primeira grande fábrica de conservas a fazê-lo. Seria igualmente a primeira fábrica, a nível nacional, a projectar e a construir um bairro social destinado aos operários conserveiros, bairro aprovado em 1934 e inaugurado em 1936 (DUARTE 2003: 141).

Em Março de 1930, após quinze anos a residir em Portugal, obtém a nacionalidade portuguesa, provavelmente requerida pela entrada em vigor do decreto n.º 15.360, de 14 de Abril de 1928, que proibia a estrangeiros a propriedade de navios mercantes ou de pesca (PÉREZ 2014: 136).

Cayetano Feu Marchena soube ser um dos mais destacados entusiastas e promotores do regionalismo algarvio. Em 1931 é nomeado sócio benemérito da Casa do Algarve em Lisboa. Ao longo da década de 1930 torna-se presidente, administrador e sócio benemérito de várias associações e grupos locais e regionais. É um dos fundadores da «Comissão de Iniciativa da Praia da Rocha», e um dos grandes impulsionadores do desenvolvimento da praia da Rocha enquanto estância balnear e turística (DUARTE 2003: 53). Em 1935, juntamente com Sebastião Ramirez, faz parte da constituição da «Sociedade Portuguesa de Siderurgia»

Nos finais da década de 1930 assume o cargo de presidente da Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, empreendendo, nos seus mandatos, sucessivos melhoramentos nessa estância termal. Durante os primeiros anos do Estado Novo assume o papel de representante maior da elite conserveira nacional. Faleceu na sua casa de férias, em Lisboa, no dia 2 de Julho de 1946. Tinha 63 anos (DUARTE 2003: 54).

3. *Sebastián Ramírez*

(*El Almendro, 1828 - V.R.S.A., 1900*)

Sebastián Ramírez y Rodríguez nasceu na vila de El Almendro em 1828. Filho de Francisco Ramirez e de Maria de los Ramos Rodríguez, ambos naturais da mesma localidade (CORREIA 2008: 12). Pensa-se que terá emigrado para V.R.S.A. com dezasseis ou dezassete anos de idade. Documentalmente, só se consegue comprovar a sua presença na vila em 1949, ao servir como testemunha, e, passados três anos, como padrinho de baptismo de uma criança (CORREIA 2020: 150).

A 21 e Março de 1861 casa, em El Almendro, com Maria de los Dolores Garcia y Martin (El Almendro, 1838 – V.R.S.A., 1915), também ela natural dessa povoação. Maria de los Dolores era filha de José Garcia Correa e de Catalina Martin Ponce, ambos naturais de El Almendro (CORREIA 2008: 13).

Do casamento entre Sebastián Ramírez e Maria de los Dolores resultaram onze filhos, dos quais cinco faleceram em tenra idade. Alguns dos filhos concluíram os estudos no estrangeiro: Sebastián Cláudio Ramírez Garcia em Liverpool (Inglaterra); Frederico, em engenharia civil, na Escola Oficial do Exército, em Lisboa; Emilio Garcia Ramírez frequentou o curso de engenharia eletrotécnica em Liège (Bélgica) (CORREIA 2008: 17).

Sebastián Ramírez iniciou a sua actividade comercial em V.R.S.A., em 1849, como caixeiro (CORREIA 2008: 18), no estabelecimento comercial dos irmãos Francisco e João de Sousa Medeiros (Correia 2020: 150). Já em 1853, constitui a sua primeira sociedade comercial com José Mora Gomez e Silvestre Garcia-Pêgo (n. Villanueva de los Castillejos). A sociedade ficou registada com a designação de «Mora, Ramires & Pêgo», e pagou a primeira licença de comércio no dia 24 de Junho de 1853 (Correia 2008: 18). Em 1857, após a saída do sócio Mora Gomez, a sociedade passa a denominar-se «Ramires & Pêgo» (Correia 2020: 152) e seria dissolvida em 1865, provavelmente pelo falecimento do sócio Silvestre Garcia-Pêgo (CORREIA 2008: 19).

A partir do início da década de 1860, Sebastián começa a investir na indústria da pesca da sardinha, como mostram as sucessivas compras de barcos, redes de pesca e apetrechos vários, que realizou ao longo dos anos.

Em 1879 funda uma fábrica de «tecidos de linho» (CORREIA 2008: 26), que, passados dois anos, já possuía dez teares manuais e tinha encomendado mais dois, empregando cerca de dezasseis operários²⁷.

Em 1883, querendo entrar no negócio das conservas, compra a fábrica de conservas de sardinha «São Francisco» (fundada em 1880) ao seu fundador e proprietário Francisco Rodríguez Tenório (CORREIA 2008: 29). Deste modo, no Verão de 1883, Ramírez inicia-se no fabrico de conservas de peixe, embora a sua fábrica definitiva só tivesse sido construída no ano seguinte (CORREIA 2008: 29; CORREIA 2020: 153). Em 1896 inicia-se, também, na pesca do atum (CORREIA 2008: 25).

O industrial viria a falecer em 1900, tendo-se, nesse ano, constituído a so-

²⁷ Inquérito Industrial de 1881. Inquérito directo. Segunda Parte. Visita às Fábricas. Livro Terceiro, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Industria. Lisboa: Imprensa Nacional, 18.

cidade «Ramírez & C.ª» com o capital inicial de 75 contos de réis. Esta nova sociedade, formada pelos sócios Jacinto José de Andrade e pelos seus filhos Sebastián, Frederico, Manuel e Emilio, tinha como objectivo a fabricação de conservas alimentícias e tecelagem de linho e de juta (CORREIA 2008: 29-30).

Refira-se que, ao longo das últimas duas décadas do século XIX, o industrial foi aumentado o património imobiliário na sua terra natal, por intermédio da compra de inúmeras propriedades rurais (CORREIA 2008: 32). Para tal, beneficiou das leis de desamortizações do estado espanhol de 1837 e 1856, uma vez que três das suas maiores propriedades compradas em hasta pública (1881, 1892 e 1893) pertenciam, ou tinha pertencido, aos chamados «próprios» do município de El Almendro (CORREIA 2008: 32; Correia 2020: 155-156). Faleceu, em V.R.S.A., em 1900. Tinha 62 anos.

4. *Francisco Rodrigues Tenório*

(Villanueva de los Castillejos, 1843 – V.R.S.A., 14.05.1907)

Francisco Rodrigues Tenório nasceu em Villanueva de los Castillejos, terra dos seus pais, em 1843. Era filho de Sebastián Tenório Morgado e de Maria Candelária Perez (CORREIA 2020: 17).

Ainda muito jovem emigra para Portugal na companhia do seu irmão mais velho, Baltazar Rodriguez Pérez (n. Villanueva de los Castillejos, 1841), tendo-se fixado ambos na vila de Loulé. Francisco começa por ser marçano em Loulé, na loja de Manuel Mourão (CORREIA 2020: 16).

No final da década de 1850, juntamente com os pais, troca Loulé por V.R.S.A., localidade onde viverá até à data do seu falecimento. Em V.R.S.A. começa por trabalhar como caixeiro na casa comercial do seu conterrâneo Sebastião Rodrigues Centeno.

Em 1865, com apenas 22 anos de idade, constitui a sua primeira sociedade (uma loja comercial em V.R.S.A.), com Joaquim Martins Afonso e António Flores (CORREIA 2020: 18). Em 1881, a sua fábrica de conservas já aparece referida no Inquérito Industrial, onde se informa que a mesma foi fundada em 1880 com capital ilimitado. No entanto, em 1882, o industrial decide construir um novo edifício fabril, ao lado da anterior fábrica, que começara a laborar em 1880. Em Março de 1883, acabará por vender essa nova fábrica a Sebastián Ramirez, permitindo que este último industrial se iniciasse na indústria conserveira (CORREIA 2020: 38).

Passados dois anos, em Junho de 1884, e por forma a dedicar-se somente

à indústria conserveira, toma a decisão de abandonar o sector do comércio, trespassando o estabelecimento comercial ao irmão, Gavino Rodríguez Pérez, também comerciante e residente em V.R.S.A. (CORREIA 2020: 44).

Faleceu, vítima de congestão pulmonar, em V.R.S.A., no dia 16 de Maio de 1907. Tinha 63 anos (CORREIA 2020: 102).

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes (A.H.M.A.R.M.) (Vila Real de Santo António). Fundo da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. *Licenças de Comércio, para o concelho de V.R.S.A., entre 1850 e 1882*.

Archivo Histórico Nacional (A.H.N.) (Madrid)

Fondo del Ministerio de Exteriores – H. *Consulado de España en Villa Real de San Antonio*, 1868, cx. 2093, despacho n.º 8, de 4 de Junio de 1868.

Arquivo Municipal de Loulé Professor Joaquim Romero de Magalhães (A.M.L.P.J.R.M.)

Fundo do Administrador do Concelho de Loulé. *Cadastro Geral de todos os Estrangeiros residentes no dito Concelho no anno de 1842*.

Fundo da Câmara Municipal de Loulé. *Livro do Registo dos Comerciantes, 1867*.

Archivo Municipal de Villanueva de los Castillejos (A.M.V.C.)

Libro de Actas Capitulares, 1809-1813, legajo 11, acta de 16 de Mayo de 1813, s./f.

Fontes impressas

CENSO da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911, parte I (1913). Lisboa: Imprensa Nacional.

CENSO da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900 (1905). volume I. Lisboa: Imprensa Nacional.

CENSO da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890, volume I (1896). Lisboa: Imprensa Nacional.

CORREIA, António Horta (2019). *Memórias e Documentos, vol. II, Vila Real de Santo António (1863-1909) – Notas de António dos Santos Machado*. Albufeira: Arandis Editora.

ESTATÍSTICA de Portugal, Censo no 1.º de Janeiro de 1864, volume I (1868). Lisboa: Imprensa Nacional.

ESTATÍSTICA de Portugal, Censo no 1.º de Janeiro de 1878, volume I (1881). Lisboa: Imprensa Nacional.

INQUÉRITO Industrial de 1881. Inquérito directo. Segunda Parte. Visita às Fábricas. Livro Terceiro, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Lisboa: Imprensa Nacional.

OLIVEIRA, Ataíde (1999 [1906]). *Monografia do Concelho de Olhão*, 3.ª edição. Faro: Algarve em Foco editora.

RODRÍGUEZ, Padre Emiliano (1904). *Monografia de El Almendro*. El Almendro: s./e.

Fonte oral

TAVARES, Maria Bella Cumbreira. Entrevista semi-dirigida com o autor. Registo de apontamentos e notas em caderno. Vila Real de Santo António, 14 de Junho de 2019 e 16 de Julho de 2019.

Estudos citados

ALEIXO, João Romero Chagas (2022). *A Migração de Andaluzes para o Algarve (1850-1914): os casos de Loulé e Vila Real de Santo António*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/143689>.

_____. (2021). «A Migração de Andaluzes para Loulé, entre 1850 e 1914». In *al-'ulyā, Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n.º 23. Loulé: edição do Arquivo Municipal de Loulé, 9-98.

BEAUCHAMP, Chantal (1998). *Revolução Industrial e Crescimento Económico no século XIX*. Lisboa: Edições 70.

BORGES, Marcelo J. (2009). «Padrões de migração transatlântica e escolhas de destino no Sul de Portugal». In *Ler História*; [número especial sobre Emigração/Imigração], n.º 56. Lisboa: s/e, 83-104.

CAVACO, Carminda (1976). *O Algarve Oriental. As Vilas, o Campo e o Mar*, vol. II. Faro: Gabinete de Planeamento da Região do Algarve.

COELHO, P. M. Laranjo (1926). *Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da história geral portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CORREIA, António Horta (2020). *Memórias & Documentos, vol. III – Francisco Rodriguez Tenório, Juan Maestre Cumbreira, Sebastián Ramírez*. Albufeira: Arandis Editora.

_____. (2008). *Sebastián Ramírez (1828-1900). Subsídio documental para uma biografia*. Vila Real de Santo António: edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

CUSTÓDIO, Jorge (2009). «A indústria conserveira vila-realense. Um caso peculiar de urbanização industrial e de património». In *Monumentos*, n.º 30. S.l.: Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, 106-121.

DUARTE, Maria João Raminhos (2003). *Portimão: Industriais Conserveiros na Primeira Metade do Século XX*. Lisboa: Edições Colibri.

FEU, António (1999). «A família Feu e a indústria conserveira». In AA. VV., *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*, coordenação de Maria da Graça Maia Marques. S.l.: Edições Colibri e Fernando Mão de Ferro, 412-416.

MESQUITA, José Carlos Vilhena (2005). «Economias dominantes e relações periféricas. A proto-industrialização do Algarve (1810-1852) – ideias síntese». In *Estudos II – Faculdade de Economia da Universidade do Algarve*. Faro: Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, 25-56.

MIRA TOSCANO, Antonio, VILLEGAS MARTÍN, Juan, SUARDÍAZ FIGUERO Antonio (2010). *La batalla de Castillejos y la Guerra de la Independencia en el Andévalo Occidental*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva.

NÚÑEZ MÁRQUEZ (1997). Juan Manuel, «Villanueva de los Castillejos». In *Los pueblos de Huelva*, tomo IV. Madrid: Editora Mediterráneo, 1261-1276.

PÉREZ, Asunción Feu (2014). *A Família Feu. Uma Viagem no Tempo*. Albufeira: Arandis Editora

RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira (1999). «Vila Real de Santo António, centro piscatório e conserveiro». In *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias (elementos para a sua história)*, coordenação de Maria da Graça Marques. Lisboa: Edições Colibri e Fernando Mão de Ferro, 416-423.

SÁNCHEZ ALONSO, Blanca (1995). *Las causas de la emigración española, 1880- 1930*. Madrid: Alianza Editorial.

Estudos não citados

BAGANHA, Maria Ioannis (2009). «Migração transatlântica: uma síntese histórica». In *Desenvolvimento Económico e Mudança Social. Portugal nos Últimos dois Séculos. Homenagem a Miriam Pereira*, organização de José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira. Lisboa: I.C.S. Imprensa de Ciências Sociais, 405-421.

_____. (1991). «Uma Imagem Desfocada – A Emigração Portuguesa e as Fontes sobre a Emigração». In *Análise Social*, n.º 112-113. Lisboa: s./e., 723-739.

BERNAL, Antonio M. (1988). «La emigración de la Andalucía». In *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930, compilación de Nicolás Sánchez-Albornoz*. Madrid: Alianza Editorial, 143-155.

BORGES, Marcelo J. (2018). *Correntes de Ouro. Emigração Portuguesa para a Argentina em Perspectiva Regional e Transatlântica*. Lisboa: I.C.S. Imprensa de Ciências Sociais.

_____. (2010). «Migrações portuguesas na Argentina: redes transatlânticas e experiências locais». In *Do Fado ao Tango. Os Portugueses na Região Platina*, organização de Maria Helena Chaves Carreiras e Andrés Malamud. Lisboa: Mundos Sociais, 2010, 15-42.

_____. (1993). «Portugueses en Buenos Aires en el siglo XIX: características y evolución de una comunidade multiseccular». In *Emigração/imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, organização de Nizza da Silva, Ioannis Baganha, Maria José Maranhão e Miriam Halpern Pereira. Lisboa: Editora Fragmentos.

SÁNCHEZ ALONSO, Blanca (September 2000). «Those Who Left and Those Who Stayed behind: Explaining Emigration from the Regions of Spain, 1880-1914». In *The Journal of Economic History*, vol. 60, n.º 3, 730-755.

Webgrafia

<https://www.mapasdigitais.com/mapas/mapa-huelva-por-municipios/> [consultado pela última vez no dia 29 de Julho de 2022]